

ÁREAS TEMÁTICAS - GRUPO 1

CEAF/MPBA

- **Adequação temática das linhas de pesquisa do Mestrado Profissional Interdisciplinar**

Com objetivo de contemplar ao máximo e de maneira uniforme todo universo de interesses do público interno do Ministério Público do Estado da Bahia, vinculou-se seis eixos da linha de pesquisa institucional do MPBA, que refletem parte de sua atuação finalística, às linhas de pesquisa do Mestrado Profissional Interdisciplinar a ser contratado.

ÁREAS TEMÁTICAS E DETALHAMENTO DE QUESTÕES INSTITUCIONAIS QUE DEVEM ORIENTAR A CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA

1. Saúde

Buscará desenvolver e difundir pesquisas de natureza interdisciplinar sobre aspectos que envolvem as Políticas Públicas de Saúde, aprofundando reflexões sobre: atuação coletiva; vacinação; judicialização; saúde mental; autonomia da vontade e tratamentos médicos compulsórios; acesso a medicamentos excepcionais; ações e políticas para fortalecimento do SUS; regulação; e enfrentamento Pós-COVID-19.

→ Perguntas/Problemas e Sugestões sobre atuação na área da Saúde:

- Fortalecimento de ações estratégicas coordenadas e integradas entre os Centro de Apoio Operação do MPBA para orientação e responsabilização dos gestores públicos pelo não cumprimento de ações judiciais;
- Priorização da atuação coletiva para fiscalização das políticas públicas de saúde;
- Rede de atenção psicossociais (Raio X do estado da Bahia);
- Fortalecimento de ações estratégicas para redução dos índices de mortalidade materna e infantil.

2. Infância e adolescência

Buscará desenvolver e difundir pesquisas de natureza interdisciplinar sobre Políticas Públicas para Infância e Adolescência, aprofundando aspectos como: diagnóstico socioeconômico do trabalho infantil; execução de medidas socioeducativas; análise socioeconômica sobre gravidez precoce; educação como enfrentamento da vulnerabilidade social (programas de aprendizagem para adolescentes vulneráveis (distorção série/idade); e adoção e novas formas de parentalidade.

→ Perguntas/Problemas e Sugestões sobre atuação na área Infância e Adolescência:

- A ausência ou ineficácia dos serviços de atendimento ao adolescente autor de ato infracional com aplicação de medida socioeducativa em meio aberto leva o sistema de justiça a aplicar de forma desproporcional e excessiva medidas

de internação ou semiliberdade ou mesmo conceder remissões ao adolescente infrator por falta de eficácia das medidas de meio aberto?

- Os orçamentos públicos nas esferas estadual e municipal cumprem a regra da destinação privilegiada de recursos públicos para a proteção à infância e juventude prevista no art.4º, parágrafo único, alínea “d”, do Estatuto da Criança e do Adolescente?
- Não utilização dos dados relativos à produtividade do MP na área da infância e juventude em decorrência da pouca pertinência dos dados alimentados no sistema IDEA com os temas de maior interesse para o fomento das políticas públicas, havendo necessidade de melhor gestão e tratamento dos dados passíveis de serem coletados;
- Estudo socioeconômico relacionado ao tema da gravidez na adolescência;
- Diagnóstico acerca da responsabilização criminal por estupro de vulnerável;
- Diagnóstico sobre as modalidades e índices de violência sexual contra criança e adolescente;
- Implementação do Plano Municipal do Direito à Convivência Familiar e Comunitária nos municípios do Estado da Bahia;
- Implementação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto – PMASE nos municípios do Estado da Bahia;
- Políticas Públicas na área de saúde mental de crianças e adolescentes;
- Programas de Aprendizagem ofertados para adolescentes em vulnerabilidade social, contemplando distorção série/idade.

3. Cível

Buscará desenvolver e difundir estudos e pesquisas de natureza interdisciplinar sobre a atuação cível, que estimulem o exercício da cidadania e garantam direitos fundamentais, aprofundando aspectos como: paternidade socioafetiva extrajudicial x risco de fraude à adoção; alienação parental e atuação ministerial proativa; interface das atribuições de violência doméstica e família, especialmente diante das recentes alterações na Lei Maria da Penha; atuação ministerial no velamento das fundações; e mediação/ soluções não litigiosas no âmbito da instituição.

→ Perguntas/Problemas e Sugestões sobre atuação Cível:

- Paternidade socioafetiva extrajudicial x risco de fraude à adoção;
- Alienação parental e atuação ministerial proativa;
- Interface das atribuições violência doméstica e família, especialmente diante das recentes alterações na Lei Maria da Penha;
- Atuação ministerial no velamento das fundações a ser melhor traçado, debatido e desenvolvido;
- Como incrementar mediação/ soluções não litigiosas no âmbito da instituição.

4. Educação

Buscará desenvolver e difundir pesquisas de natureza interdisciplinar sobre Políticas Públicas em Educação, aprofundando aspectos como: plano estadual e municipal de educação e o papel dos órgãos colegiados; o papel do fórum estadual e municipal de educação na garantia da educação inclusiva e de qualidade; a importância da garantia da educação infantil para o desenvolvimento integral da criança; prevenção ao bullying e cyberbullying no âmbito escolar; financiamento da educação; educação inclusiva; inclusão digital; gestão democrática;

transporte escolar; educação no sistema prisional; regularização das escolas privadas; educação em tempo de pandemia e pós-pandemia.

- Perguntas/Problemas e Sugestões sobre atuação na área da Educação:
 - Plano estadual e municipal de educação e o papel dos órgãos colegiados;
 - O papel do fórum estadual e municipal de educação na garantia da educação inclusiva e de qualidade;
 - A importância da garantia da educação infantil para o desenvolvimento integral da criança;
 - Prevenção ao bullying e cyberbullying no âmbito escolar;
 - Financiamento da educação;
 - Educação inclusiva e inclusão digital;
 - Transporte escolar;
 - Educação no sistema prisional.

5. Proteção ao Consumidor

Buscará desenvolver e difundir estudos e pesquisas de natureza interdisciplinar sobre a proteção ao consumidor, aprofundando aspectos como: serviços de vigilância sanitária municipal e formas de coibir o abate clandestino de animais e a respectiva comercialização da carne; e redes de proteção ao consumidor.

- Perguntas/Problemas e Sugestões sobre atuação na área de Proteção ao Consumidor
 - Falha no combate ao abate clandestino de animais para consumo humano;
 - Estrutura deficiente da rede de proteção do consumidor no combate ao abate clandestino de animais para fins de alimentação humana.

6. Otimização

Buscará desenvolver e difundir pesquisas sobre: orçamento x efetividade da atuação ministerial; independência funcional X unidade do Ministério Público; cultura organizacional e o desenvolvimento de pesquisa científica; gestão de promotorias; a atuação ministerial no interior; mecanismos de autocomposição; e acessibilidade.

- Perguntas/Problemas e Sugestões sobre Otimização
 - A taxonomia das ações finalísticas e temas das atividades em diversas áreas utilizadas no sistema IDEA não viabilizam os diagnósticos necessários para o fomento de políticas públicas na defesa dos direitos fundamentais.